DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 3287/2024

PROCESSO TC/MS	: TC/105/2023
PROTOCOLO	: 2222762
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
JURISDICIONADO	: ISAAC JOSÉ DE ARAÚJO
CARGO DA JURISDICIONADA	: SECRETÁRIO EXECUTIVO DE COMPRAS À ÉPOCA
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO Nº 467/2022
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES. VALOR DO OBJETO QUE DISPENSA O SEU ENCAMINHAMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS. PREVISÃO EXPRESSA CONTIDA NA RESOLUÇÃO N.º 88/2018. ARQUIVAMENTO.

Vistos, etc.

Cuida-se da apreciação do contrato administrativo n.º 467/2022, firmado entre o Município de Campo Grande e a empresa AMV Distribuição, Comércio e Importação Ltda.

Cumpridas as etapas regimentais, os autos foram encaminhados à Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias (peça 18), que se manifestou pelo arquivamento do processo, em virtude de o valor de cada contratação desobrigar o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas.

Sob esta mesma linha argumentativa, o Ministério Público de Contas, por meio do seu Parecer PAR - 3ª PRC - 4274/2024, opinou pelo arquivamento do feito.

Sem maiores delongas, não há outro caminho a ser percorrido.

A Resolução n.º 88/2018, que regulamenta o manual de remessa de informações, dados, documentos e demonstrativos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelece que somente devem ser enviados para apreciação desta Corte, contratos firmados a partir de determinado valor:

> Art. 18. Serão encaminhados ao Tribunal de Contas os documentos relativos aos contratos e instrumentos análogos, quando relacionados a:

> I - Obras e serviços de engenharia que tiverem valor igual ou superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
>
> II - Compras e serviços que tiverem **valor igual ou superior** a:
>
> **a) R$ 100.000,00 (cem mil reais), para o Estado de Mato Grosso do Sul e os Municípios de Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã;**
> b) R$ 70.000,00 (setenta mil reais), para os demais Municípios.
> GRIFO NOSSO

O contrato objeto dessa análise, no montante de R$ 44.999,99, não alcança o piso aplicável à espécie (art. 18, II, “a”), subsumindo-se à norma que dispensa a obrigatoriedade da remessa.

Com efeito, o arquivamento dos autos é medida imperativa, sem prejuízo da sua devolução ao Órgão de origem, para eventual apreciação desta Corte em sede de inspeção, ou de outro mecanismo de fiscalização.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 11, V, do RITCE/MS, acompanhando o entendimento da Divisão e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:

I) **ARQUIVAR** os presentes autos, nos termos do artigo 18, II, a da Resolução n.º 88/2018 c/c artigo 4º, inciso I, alínea *f*, do RITCE/MS;

II) **DETERMINAR** a devolução dos autos ao Município de Campo Grande, consignando que, dada o valor do contrato, tais contratações não devem ser encaminhadas ordinariamente para esta Corte de Contas;

III) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, determino a remessa destes autos à Gerência de Controle Institucional para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 22 de maio de 2024.

CONS. MARCIO MONTEIRO
RELATOR

PRAR.